



## Vítimas de violência doméstica farão corpo de delito primeiro



Jonas Pereira/Agência Senado

Em Plenário, senadores disseram que a proposta contribui para agilizar a investigação de crimes contra grupos vulneráveis

Além de mulheres, a proposta também dá prioridade a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em exames de corpo de delito. Projeto segue para sanção presidencial

O Senado aprovou ontem projeto que prioriza mulheres vítimas de violência doméstica em exames de corpo de delito. A proposta prevê prioridade para crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência que também tenham sido vítimas de violência. O exame de corpo de delito reúne provas

da prática de um crime. A intenção inicial do projeto, que altera o Código de Processo Penal, era reforçar o combate à violência doméstica contra a mulher, já previsto pela Lei Maria da Penha. Na Câmara dos Deputados, onde teve origem, o projeto foi modificado para incluir outros grupos vulneráveis. O texto vai à sanção presidencial. **3**

**Debate pede direito previdenciário no currículo **8****

**Ione Guimarães toma posse pelo estado de Goiás **3****

**Porto Alegre terá US\$ 80 bilhões para educação **4****

**Santa Catarina poderá fazer dois empréstimos **5****

**UFRJ decide repasse ao museu, explica líder do governo **2****

### Privatização de empresas de energia segue para Plenário

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem projeto que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobras. Por

acordo, o projeto também foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e está pronto para ser votado pelo Plenário. **7**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Proposta gerou polêmica durante reunião da Comissão de Infraestrutura



Jefferson Ruy/Agência Senado

Audiência sobre o reajuste dos planos foi comandada por Marta Suplicy (C)

### Planos de saúde têm que ser transparentes, aponta debate

Participantes da audiência pública de ontem da Comissão de Assuntos Sociais disseram que os planos de saúde precisam de transpa-

rência em relação aos seus reais custos e resultados para que não haja dúvidas quanto à necessidade ou não de reajustes das mensalidades. **8**

### Professores serão capacitados em primeiros-socorros

O Plenário aprovou ontem projeto que obriga que professores sejam capacitados para dar os primeiros socorros a alunos. A norma, que segue para sanção, valerá para creches e ensino básico da rede pública e privada. **3**

### Projeto incentiva mais bicicletas no trânsito

Foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e segue ao Plenário projeto que cria o Programa Bicicleta Brasil. A ideia é estimular a construção de bicicletários públicos e ciclovias para melhorar a mobilidade urbana. **5**

### Caucaia, no Ceará, receberá crédito para mobilidade

A cidade de Caucaia, no Ceará, foi autorizada a pegar empréstimo externo de até US\$ 80 milhões para investir em infraestrutura. A verba vai para a melhoria da mobilidade urbana e para a construção de parques. **4**

### Comissão pede conclusão de estudo sobre BR-319

Senadores pediram a conclusão dos estudos de impacto ambiental e das implicações sobre as comunidades indígenas das obras

da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. O pedido foi feito ontem em audiência pública na Comissão de Infraestrutura aos ministros

da Justiça, Torquato Jardim, e do Meio Ambiente, Edson Duarte, além do ministro interino dos Transportes, Herbert Drummond. **4**



Ministros Edson Duarte, Torquato Jardim e Herbert Drummond expõem as ações do governo em relação à rodovia

Fotos: Geraldo Magela/Agência Senado



**Encarte deste mês sobre os 30 anos da Constituição destaca a organização do Estado brasileiro**



# Incêndio: líder do governo apresenta repasses à UFRJ

Fernando Bezerra Coelho disse que foram repassados mais de R\$ 3 bilhões por ano desde 2016 à universidade, que é responsável por distribuir os recursos entre seus órgãos, incluindo o Museu Nacional

DURANTE AS VOTAÇÕES em Plenário, ontem, o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que entre 2016 e 2018 o total de recursos orçamentários direcionados pelo Ministério da Educação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), incluindo despesas com pessoal, custeio e financiamento, foi da ordem de R\$ 9,4 bilhões. Destruído no domingo por um incêndio, o Museu Nacional é vinculado à UFRJ.



Waldemir Barreto/Agência Senado

De acordo com o senador, em 2016 foram empenhados R\$ 3,1 bilhões e, em 2017, R\$ 3,18 bilhões. Em 2018, acrescentou Fernando Bezerra Coelho, a dotação é de outros R\$ 3,18 bilhões.

— Em valores correntes, a dotação atualizada da UFRJ em 2018, incluindo todos os tipos de fontes e de despesas, é 14,4% maior que o total empenhado em 2015. Ou seja: houve acréscimo no orçamento total direcionado ao longo dos últimos três anos — afirmou.

Bezerra também disse que o orçamento repassado para

**Bezerra diz que é importante não partidarizar caso do museu**

despesas discricionárias da UFRJ, como água, energia, terceirizados, obras, reformas e outras, foi de R\$ 423 milhões em 2016, R\$ 409 milhões em 2017 e R\$ 388 milhões em 2018. Entretanto, afirmou o senador, a UFRJ repassou para o Museu Nacional somente R\$ 422 mil em 2016, R\$ 336 mil no ano seguinte e R\$ 357 mil em 2018.

Ele explicou que os recursos orçamentários são enviados pelo Ministério da Educação

às reitorias das universidades federais, que têm autonomia administrativa e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

— O Ministério da Educação não possui nenhuma ingerência sobre os processos de empenho ou pagamento. Tanto em 2016 quanto em 2017, foram liberados 100% dos recursos de custeio para todas as universidades federais para garantir a manutenção das condições regulares de funcionamento — disse.

Bezerra afirmou ainda que a má conservação da memória nacional não ocorre apenas nos últimos dois anos e meio, mas é “uma falha que se verifica em muitas administrações federais”.

— O que ocorreu no Museu Nacional merece do Congresso Nacional a mais firme resposta. Mas é importante que a gente não deixe resvalar as avaliações para questões partidárias ou de naturezas mais imediatas que não contribuem para identificar as reais causas e a solução que todos nós devemos buscar.

## Câmara rejeita fim do Fundo Soberano do Brasil

Para viabilizar o acordo sobre as votações de ontem, o Plenário da Câmara rejeitou a MP 830/2018, que extingue o Fundo Soberano do Brasil (FSB), uma espécie de poupança pública criada com o objetivo de atenuar o efeito de crises econômicas sobre o país. O texto irá ao arquivo.

Os deputados rejeitaram o parecer do deputado Men-

donça Filho (DEM-PE), que recomendava a aprovação do texto e a rejeição das 19 emendas apresentadas.

— O Fundo Soberano do Brasil constitui um caso claro de uma excelente ideia implementada no momento errado e pelos motivos errados, que se tornou vítima de uma administração irresponsável — afirmou o deputado.

Pela MP, os recursos do FSB seriam destinados ao pagamento da dívida pública federal, que atingiu R\$ 3,55 trilhões em dezembro — mês em que os recursos do fundo eram de R\$ 26,3 bilhões.

A MP 830/2018 também extinguiu o conselho deliberativo do fundo, encarregado do controle contábil.

Com Agência Câmara

## Cristovam: Ideb e fim de museu têm mesma origem

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou ontem que a destruição do Museu Nacional e os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) têm uma mesma origem: o equívoco nas prioridades, a corrupção e a má gestão.

— O incêndio no museu queimou uma memória cujo valor não temos como medir, mas o resultado do Ideb, que mostra como as nossas crianças estão ficando sem saber português nem matemática, está queimando o futuro — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Paim lamenta destruição do Museu Nacional

Paulo Paim (PT-RS) lamentou ontem o incêndio que destruiu cerca de 90% do acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Ele criticou o ministro Carlos Marun, da Secretaria de Governo, que chegou a afirmar que, se o Congresso tivesse aprovado a reforma da Previdência, o governo teria dinheiro para a manutenção dos museus.

— Querer culpar a Previdência, os aposentados e pensionistas pelo incêndio no museu, que foi um crime contra a humanidade, é de uma irresponsabilidade absoluta. Eu espero que ele peça desculpas ao povo brasileiro.

## Humberto Costa culpa ex-ministro pelo incêndio

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que o incêndio do Museu Nacional foi consequência de incompetência, negligência e má gestão. Para ele, a responsabilidade é do governo e de seus aliados. Humberto acusou o deputado federal de Pernambuco Mendonça Filho de ser um dos causadores da tragédia.

— Lá atrás ele foi o responsável pelo estrangulamento do Museu Nacional e, quando ministro da Educação, eu diria que o pior da história do Brasil, acabou o trabalho ao dizimar os recursos do MEC.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Instalada comissão sobre o financiamento das santas casas

Foi instalada ontem comissão mista para analisar a MP 848/2018, que criou uma linha de crédito com recursos do FGTS para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos.

Para presidir a comissão foi escolhido o deputado Leonardo Quintão (MDB-MG). O relator será o senador Lasier Martins (PSD-RS), que prometeu entregar seu relatório na terça-feira.

— Nesta crise que vivemos no sistema hospitalar é de fato uma matéria de extraordinária

relevância e estaremos aqui nos empenhando para o melhor resultado, dentro da agilidade possível — declarou.

### Saneamento

Já a comissão mista que examinará a MP 844/2018, que modifica a legislação sobre saneamento básico, adiou a escolha do presidente e do vice-presidente. A reunião de ontem acabou sendo encerrada por falta de quorum para a escolha dos dirigentes.

**HÁ 30 ANOS**

**Carta deverá ser “o amparo dos fracos e injustiçados”, diz Ulysses**

Depois de 19 meses de trabalho intenso, está encerrada a votação da nova Constituição, anunciava o *Jornal da Constituinte* de 5 de setembro de 1988. A edição trazia na capa o discurso de Ulysses Guimarães feito em Plenário após a conclusão das votações, à 1h45 da madrugada do dia 2. “Seja o amparo dos fracos e injustiçados e o castigo dos fortes prepotentes. Expulse a ditadura no Brasil”, disse o deputado, saudando a nova Carta.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte61>

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
9h Abre a pauta o PLC 83/2017, que institui o Programa Bicicleta Brasil.
- CAS Sabatina para a ANS**  
9h Sabatina de Paulo Roberto Rebello Filho para a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Depois, pauta de 15 itens.
- CCT Abertura de empresa via internet**  
9h Entre 41 itens, o PLS 145/2018, que autoriza abertura de empresa pela web.
- CDR Zona Franca Verde**  
9h O PLS 68/2016, sobre isenção de imposto para Zona Franca Verde, é um dos 8 itens.
- CCJ Defensor público-geral**  
10h Sabatina de Gabriel Oliveira para defensor público-geral. Depois, 21 itens.

- CRE Embaixadora na Guatemala**  
10h Sabatina de Vera Cíntia Álvarez.
- CTFC Verba do Fundo Penitenciário**  
11h Entre 6 itens, o PLS 374/2012, que destina recursos do Fundo Penitenciário para vítimas de exploração sexual.
- CDH Cota de brinquedos em shopping**  
11h30 Na pauta de 25 itens, o PLS 382/2011, sobre brinquedos em shoppings para criança com deficiência.
- CAE Segurança pública**  
14h Debate sobre o impacto da crise orçamentária na segurança pública.
- CDH Privatização da água**  
14h Debate sobre privatização da água.
- CSE Torcidas organizadas**  
14h30 Audiência sobre torcidas.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



# Mulheres terão prioridade em corpo de delito

Além das vítimas de violência doméstica, o projeto aprovado também prioriza crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em exames de corpo de delito

O SENADO APROVOU ontem projeto que prioriza mulheres vítimas de violência doméstica em exames de corpo de delito. O PLC 35/2014 também prevê prioridade para crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência que também tenham sido vítimas de violência. O texto segue para sanção presidencial.

— Tenho certeza de que, ao proporcionar a essas vítimas de violência prioridade no atendimento, estamos agilizando a apuração desses crimes, mas também elevando a dignidade e a esperança das vítimas de que a justiça pode ser feita o mais rapidamente possível — disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

O projeto altera o Código de Processo Penal (CPC). A intenção inicial do autor, deputado Sandes Júnior (PP-GO), era reforçar o combate à violência



Aprovado pelo Plenário, o projeto foi elogiado por reforçar combate à violência doméstica

doméstica e familiar contra mulher já previsto pela Lei Maria da Penha. Na Câmara, o projeto foi modificado para incluir outros grupos vulneráveis.

Para a relatora, senadora Simone

Tebet (MDB-MS), o exame de corpo de delito é o meio de reunir provas materiais ou vestígios indicativos da prática de um crime. Segundo ela, é conveniente priorizar essa avaliação

nesses grupos mais vulneráveis para facilitar a elucidação do crime.

— É um projeto que parece singelo e simples, mas tem uma repercussão de ordem prática na vida de mulheres vítimas de violência não só sexual, mas violência física e psicológica, e que também vai ter relevância na vida de outras pessoas mais vulneráveis — disse a relatora.

As senadoras Rose de Freitas (Pode-ES) e Marta Suplicy (MDB-SP) também comemoraram a aprovação. Para elas, o projeto não significa privilégio, mas sim uma mudança que pode proteger quem mais precisa.

— Dar prioridade em casos de violência pode não parecer justificável porque a pessoa que sofreu tem todo direito de querer ser atendida, mas nós temos que pensar sempre nos que são mais vulneráveis — argumentou Marta.

## Professores de creches e escolas devem fazer capacitação em primeiros-socorros

Professores e funcionários de escolas públicas e privadas de ensino infantil e básico deverão ser capacitados em primeiros socorros. É o que determina o PLC 17/2018, aprovado ontem pelo Senado. Espaços de recreação infantil também deverão seguir a norma. A proposta, conhecida como Lei Lucas, tramitava com pedido de urgência e segue para análise presidencial.

O texto define que os cursos de primeiros socorros sejam ofertados anualmente, tanto para capacitação quanto para reciclagem dos profissionais já capacitados. O objetivo é possibilitar que os professores consigam agir em

situações emergenciais enquanto a assistência médica especializada não for proporcionada.

A relatora da proposta, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), destacou que a capacitação não deve ser entendida como uma “despesa extra”, mas sim como um investimento relevante no bem-estar “físico e psíquico” dos estudantes.

— A escola tem o papel não somente de ensinar, mas de proteger e guardar nossas crianças — destacou.

Segundo o levantamento mais recente do Ministério da Saúde, 810 crianças morreram em 2015 vítimas

de sufocamento accidental. Desse total, 611 tinham menos de 1 ano de idade.

### Curso

O projeto estabelece que os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas, no caso da rede pública; e por profissionais habilitados, nas escolas particulares.

O conteúdo dos treinamentos será direcionado de acordo com a faixa etária do público atendido. As instituições educacionais deverão dispor ainda de kits de primeiros socorros.

O descumprimento da determinação

levará a penalidades como notificação, multa e até cassação do alvará de funcionamento.

Rose destacou que a norma deve receber o nome de Lei Lucas. Será uma homenagem ao garoto Lucas Begalli Zamora, de 10 anos, que morreu em setembro de 2017 ao se engasgar com um lanche num passeio escolar. O caso aconteceu em Campinas (SP) e não havia pessoas preparadas para socorrer o garoto.

Desde então, Alessandra Zamora, mãe do menino, iniciou um movimento pela obrigatoriedade de as escolas oferecerem cursos de primeiros socorros.

## Plenário aprova novos embaixadores do Brasil para a Suécia e a Austrália

O Plenário aprovou ontem a indicação dos novos embaixadores do Brasil na Suécia e na Austrália. Cumulativamente, os diplomatas assumem as representações brasileiras em outros seis países.

Nelson Antonio Tabajara de Oliveira responderá pela embaixada na Suécia e na Letônia. O diplomata ingressou no Itamaraty em 1983. Ele serviu no Chile e na Índia, além de ter atuado na Organização dos Estados Americanos (OEA). Seu nome foi aprovado por 49 votos a favor e 3 contra.

Em junho, durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Nelson Tabajara destacou que empresas suecas — como Scania, Ericsson e Electrolux — são fortes investidoras no Brasil. Ele lembrou ainda a parceria o governo brasileiro com a companhia Saab para a produção dos caças Gripen.

### Oceania

Sérgio Eduardo Moreira Lima assumirá a embaixada do Brasil na Austrália. O diplomata responderá

ainda pelas representações brasileiras em Ilhas Salomão, Papua-Nova Guiné, Vanuatu, Fiji e Nauru.

Ele tem 69 anos e ingressou no Itamaraty em 1973. Serviu em Portugal, Estados Unidos, Inglaterra, Israel, Chipre, Noruega, Islândia e Hungria. Seu nome foi aprovado por 42 votos a favor e 2 contra.

Em julho, o diplomata foi sabatinado pela CRE. Ele afirmou que o intercâmbio comercial entre Brasil e Austrália tem potencial para aumentar mais de 400%.

Uma das medidas anunciadas por Moreira Lima será levar adidos militares ao país para promover a venda de aviões da Embraer e outros materiais de defesa.

— Os aviões da Embraer já estão por lá há 40 anos, mas essa é uma relação cheia de altos e baixos. Queremos torná-la uma parceria vencedora e o cargueiro KC-390 cria essa condição. Temos o que oferecer, a tecnologia mais moderna, para uma nação que precisa cuidar da segurança referente a toda a região do Pacífico.

## Ione Guimarães toma posse no Senado por Goiás

Ione Guimarães (PTB-GO) tomou posse ontem no Senado no lugar da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que estará de licença por motivos particulares.

Cardiologista, Ione tem 64 anos, é casada, e nasceu em Itumbiara (GO) — onde foi secretária municipal de Saúde por quase dois anos.

Como médica há 39 anos, defendeu a necessidade urgente de uma mudança radical no atual modelo de saúde brasileiro.

— Os municípios são onde



Senadora é a primeira suplente de Lúcia Vânia, que está licenciada

se encontra o povo, que não recebe os recursos necessários à saúde digna; onde enormes filas se formam para

consultas, exames, cirurgias, leitos de UTI e, especialmente, UTIs neonatais, trazendo angústia e desespero à população e aos médicos que lá labutam — declarou.

Ione se comprometeu ainda a trabalhar para o desenvolvimento de todo o país.

— Somos um país jovem com pouco mais de um século de independência e República, alcançaremos a maturidade firmes na esperança de um bom nível de vida, com chances de trabalho, estudo e crescimento para todos.

## Senadores votam hoje medida provisória sobre subsídio ao óleo diesel

O Plenário tem sessão de liberativa marcada para as 10h. A pauta está trancada pela medida provisória que concede subvenção econômica para a venda e a importação de óleo diesel de uso rodoviário (MP 838/2018). O benefício de R\$ 0,30 por litro vale até 31 de dezembro.

O Executivo limita a subvenção a R\$ 9,5 bilhões. A MP faz parte do pacote do governo federal para acabar com

a greve de caminhoneiros, ocorrida em maio. O texto, que perde a validade em 10 de outubro, foi aprovada pela Câmara ontem.

— Vou votar essa MP fazendo uma exceção, tendo em vista que estamos em esforço concentrado. Mas que isso não sirva de regra para futuras medidas provisórias que chegarão aqui em cima da hora — avisou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Torquato Jardim (ao lado de Eduardo Braga), Edson Duarte e Herbert Drummond são questionados em audiência

## Comissão pede conclusão de estudo sobre obras da BR-319

Senadores criticaram o governo federal pela demora nas análises de impacto ambiental e cobraram de ministros a recuperação da estrada

**CONCLUSÃO EM 90 dias** dos estudos de impacto ambiental e das implicações, sobre as comunidades indígenas, das obras da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Essa foi a exigência feita ontem pelos senadores da Comissão de Infraestrutura (CI) ao governo federal em audiência pública.

Requerida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a audiência foi conduzida pelo presidente do colegiado, senador Eduardo Braga (MDB-AM). Participaram do debate os ministros da Justiça, Torquato Jardim, e do Meio Ambiente, Edson Duarte, além do ministro interino dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Herbert Drummond.

Inaugurada em março de 1976 para atender exigências econômicas, políticas e sociais do governo militar, a BR-319 passa por questionamentos constantes dos que precisam da estrada e daqueles que afirmam que a obra pode trazer sérios impactos para a Amazônia Ocidental — por isso são necessários os estudos.

Para Eduardo Braga, há descaso com a rodovia. Ele questionou por que, desde janeiro de 2001 (quando houve a repavimentação da BR) até hoje, essa situação continua impondo sofrimento aos moradores da região em todas as épocas do ano.

Um levantamento apresentado pelo senador apontou que burocracia e alterações injustificadas nos termos de referência foram alguns impedimentos para a finalização dos estudos. Ao dizer que falta empenho do governo, Braga afirmou que fatores climáticos não podem ser usados como

justificativa para a interrupção das obras. Isso porque, segundo ele, filmagens que mostram as más condições da rodovia foram feitas no dia 13 de agosto, portanto, fora do período chuvoso.

— Quase 19 anos depois [da repavimentação da BR], estamos aqui, diante de um ministro convocado pelo Senado para dar explicações, e esperamos que até dezembro de 2018 ele consiga resolver esse problema, porque todas as oportunidades para isso já foram dadas — afirmou.

Torquato Jardim respondeu que medidas estão sendo tomadas pelo governo desde 2006 e que uma equipe da Fundação Nacional do Índio (Funai) visitará o local para discutir o problema com as lideranças indígenas. De acordo com o ministro, no dia 16 de outubro os técnicos se reunirão em Humaitá (AM) com lideranças da Terra Indígena Nove de Janeiro, e no dia 18 de outubro, em Manicoré (AM), com lideranças das Terras Indígenas Ariramba e Lago Capanã.

### Promessas

Vanessa mencionou audiência pública da CI em junho de 2017, quando o então diretor-executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Halpher Luiggi Mônico Rosa, havia anunciado a conclusão dos estudos ainda naquele ano. Segundo a senadora, não foi a primeira vez que isso aconteceu, não apenas no Senado, mas também na Câmara dos Deputados, onde outros ministros também prometeram a conclusão dos estudos, mas não cumpriram.

— Esse imbróglio começou em 2001, e as expressões fortes que usamos aqui estão calçadas nesse histórico de anos e anos que se passaram e a coisa continua da mesma

forma — criticou.

O ministro do Meio Ambiente justificou que houve necessidade de avaliações complementares sobre a viabilidade ambiental da obra. Em dez anos (entre 2008 e 2018), segundo Edson Duarte, o ministério e o Ibama não receberam do Dnit os documentos exigidos. Isso levou à perda de validade do termo de referência (TR), declarou.

— Em outubro de 2017, por solicitação do Dnit, esse TR foi renovado, com validade de 2 anos e igual teor. Não temos, neste momento, os estudos de impacto ambiental, pois o último datava de 2008, apresentando falhas e necessidade de complementação — justificou o ministro.

### Convocação

Vanessa Grazziotin ressaltou que a convocação de ministros não é uma situação comum no Parlamento. Segundo ela, a medida foi necessária porque, em julho de 2018, os ministros foram convidados e não compareceram a uma audiência pública da CI para tratar da BR-319. Ao criticar o governo, a senadora disse que a postura foi “um desrespeito e um descaso com o Senado Federal”.

Eduardo Braga solicitou um cronograma do governo, com o passo a passo e uma prestação de contas continuada das obras. Ao considerar o “descaso com a rodovia” um crime de responsabilidade contra a nação, Braga requereu da secretaria da CI informações sobre o limite legal das ações do colegiado, a fim de acionar judicialmente os responsáveis.

— Esta comissão vai deliberar e, se nós tivermos competência para ir à Justiça, nós vamos fazê-lo. Alguém vai ter que pagar por isso, porque não é possível tanta omissão e tanta irresponsabilidade com o povo brasileiro — afirmou.

## Caucaia, no Ceará, terá verba para mobilidade e parques

O município de Caucaia, no Ceará, foi autorizado a obter empréstimo de até US\$ 80 milhões com a Corporação Andina de Fomento (CAF) para investir no setor de infraestrutura. A operação, com garantia da União, foi aprovada ontem à tarde no Plenário do Senado, após receber pedido de urgência do senador José Pimentel na

A verba vai para o Programa de Infraestrutura de Caucaia, que visa promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município, com base na melhoria da mobilidade e acessibilidade

de, e melhorar os espaços públicos com a construção de parques urbanos.

O relatório favorável foi de Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Com pouco mais de 360 mil habitantes, Caucaia fica na Região Metropolitana de Fortaleza e recebe o segundo maior fluxo de turistas do estado, atrás apenas da capital.

O presidente da Casa, Eunício Oliveira, considerou a contratação uma operação importante, que vai beneficiar toda a população.

— Esse empréstimo vai incentivar a economia de Caucaia, da região metropolitana e do nosso querido Ceará — afirmou.

## Porto Alegre poderá contrair empréstimo de US\$ 80 bilhões

O município de Porto Alegre poderá contratar operação de crédito externo de US\$ 80 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), decidiu ontem o Plenário, depois do sinal verde da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A autorização para o financiamento, que tem garantia da União, segue para promulgação.

De acordo com a prefeitura, o dinheiro será empregado no Programa de Melhoria da Qualidade da Educação.

O relator do pedido de autorização (MSF 87/2018), senador Raimundo Lira (PSD-PB),

recomendou a aprovação do texto, que recebeu o apoio de todos os senadores da CAE, incluindo Paulo Paim (PT-RS) e Lasier Martins (PSD-RS). Ana Amélia (PP-RS) também trabalhou pela aprovação, ressaltou Paim.

Inicialmente o Tesouro havia rebaixado a capacidade de pagamento de Porto Alegre para a nota C, usando nova metodologia do Ministério da Fazenda, o que impediria a garantia da União. Mas uma decisão judicial obrigou o governo a revisar a classificação e manter a nota B, permitindo a tomada do financiamento.

## Lasier Martins homenageia folclorista criador dos centros de tradições gaúchas

Lasier Martins (PSD-RS) lembrou ontem a morte de João Carlos Paixão Côrtes, pesquisador, folclorista e criador dos centros de tradições gaúchas, morto em 27 de agosto, aos 91 anos.

— Todos os estados brasileiros têm centros de tradições. E em vários países, inclusive no Japão e nos



Estados Unidos.

Lasier também lamentou o desempenho ruim dos estudantes da educação básica, medido no último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Os estudantes gaúchos, que se destacavam como os melhores do país, segundo ele, ficaram em 8º lugar, com nota 3,8.

## Regina lamenta que suicídio ainda seja problema negligenciado no país

Regina Sousa (PT-PI) lamentou ontem que os suicídios ainda sejam um problema negligenciado no Brasil. Ela lembrou que o mês de setembro foi escolhido para reforçar as campanhas de prevenção e que a Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por ela, realizou audiência pública na segunda-feira



sobre o tema. A senadora também disse que não acredita que o Congresso irá aprovar o aumento de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

— Não é possível, não acredito que esta Casa tenha coragem de debater este assunto e de aprovar o reajuste.



# Avança programa de incentivo à bicicleta

Aprovada ontem em comissão e enviada com urgência ao Plenário, proposta estimula instalação de bicicletários públicos e construção de ciclovias para melhorar trânsito

A COMISSÃO ASSUNTOS Econômicos (CAE) aprovou ontem a criação do Programa Bicicleta Brasil (PBB), que tem como objetivo incentivar o uso da bicicleta para melhoria das condições de mobilidade urbana. A medida está prevista no PLC 83/2017, que segue para o Plenário com urgência.

Para estimular a integração das bicicletas ao sistema de transporte público coletivo em todo o país, o Programa Bicicleta Brasil vai apoiar os estados e municípios na instalação de bicicletários públicos e na construção de ciclovias e ciclofaixas, além de promover campanhas de divulgação dos benefícios do uso desse meio de transporte.

Pelo projeto, o PBB vai

integrar a Política Nacional da Mobilidade Urbana e será financiado por 15% do total arrecadado com multas de trânsito e coordenado pelo Ministério das Cidades. As ações poderão ser financiadas também com recursos da Cide-Combustíveis, por meio de alteração na lei que fixa os critérios desse tributo (Lei 10.636, de 2002) e no Código de Trânsito Brasileiro.

“A arrecadação com multas de trânsito é da ordem de R\$ 9 bilhões anuais, o que significaria que, aprovada fração de 15% para a infraestrutura cicloviária, investiríamos nesse segmento da mobilidade urbana mais de R\$ 1 bilhão anuais”, afirmou o relator, senador Eduardo Braga (MDB-



Pedro Franco/Agência Senado

Programa, que deve melhorar a infraestrutura cicloviária, vai ser financiado por 15% das multas de trânsito

-AM), no parecer.

Braga recomendou a aprovação do texto, apresentado pelo deputado Jaime Martins (Pros-MG).

O projeto já foi aprovado

pela Câmara e pela Comissão de Infraestrutura (CI).

“Com a implantação do PBB, cidades que já desenvolvem ações para valorizar o transporte por bicicleta

contarão com maior apoio, particularmente financeiro, e aquelas que ainda não o fazem se sentirão motivadas a desenvolver projetos como este”, reforça.

## Aprovados dois empréstimos para Santa Catarina

Foi aprovada em Plenário ontem autorização para que o município de Itajaí, em Santa Catarina, possa contratar empréstimo de US\$ 62,5 milhões, com garantia da União, no Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). O dinheiro vai financiar o Programa Itajaí 2040 — Moderna e Sustentável. Outro crédito para Santa Catarina também foi aprovado: o que garante crédito para a distribuidora de energia elétrica do estado. As duas mensagens foram aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela manhã e seguem agora para promulgação.

Os recursos serão destinados a investimentos em mobilidade urbana, drenagem,

prevenção de inundações e implantação de espaços de lazer. Isso inclui a construção, duplicação e readequação de vias urbanas e obras de acessibilidade, de ciclofaixas e ciclovias, de galerias e obras de escoamento e drenagem e a implantação e recuperação de praças e áreas de lazer.

Os recursos serão liberados de 2018 até 2023. O município deverá oferecer contrapartida de US\$ 15,6 milhões.

O senador Dalirio Beber (PSDB-SC) agradeceu a aprovação da operação de crédito.

— Esse financiamento que, com certeza, vai promover grandes realizações no município de Itajaí, município litorâneo, que vai aplicar esses recursos em infraestrutura, saneamento, drenagem, para

permitir que a qualidade de vida da cidade melhore consideravelmente — afirmou.

### Celesc

Também foi aprovada operação de crédito de até US\$ 276 milhões entre a Celesc, distribuidora de energia de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O dinheiro, com garantia da União, será usado em obras de ampliação da rede de distribuição de energia. De acordo com a Celesc, o objetivo principal do programa é contribuir para o crescimento econômico de Santa Catarina.

Com o empréstimo, pretende-se garantir o suprimento de energia elétrica para a demanda projetada.

## Projeto que exclui precatórios da despesa dos estados vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de José Serra (PSDB-SP) para suavizar as exigências da Lei Complementar 156, de 2016, que, visando à recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal, concedeu prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas com a União.

Pela lei, como contrapartida ao alongamento do prazo da dívida, os governos locais devem conter o aumento de despesas, que não podem ultrapassar a inflação anual medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Hoje, no cálculo das despesas, ficam de fora apenas as transferências

constitucionais a municípios e o pagamento do Pasep. O PLS 163/2018 adiciona uma nova exceção: o pagamento de sentenças judiciais, os precatórios, também ficaria de fora do cálculo das despesas totais.

A relatora, senadora licenciada Lúcia Vânia (PSB-GO), deu parecer favorável. Ela lembrou que as Emendas Constitucionais 94 e 99 criaram novo regime para o pagamento de precatórios, com a formação de reserva destinada à liquidação das dívidas. O PLS 163/2018 segue para Plenário em regime de urgência. Por ser um projeto de lei complementar, vai exigir maioria absoluta para aprovação, com o voto de 41 senadores.

## Comissão aprova indicação de Carlos Rebello para cargo de diretor da CVM

Um mercado de capitais eficiente, cuja regulação preze pela segurança jurídica, inovação e proteção aos investidores, poderá contribuir para o crescimento sustentado da economia e para a prosperidade do país. A avaliação foi feita ontem pelo economista Carlos Alberto Rebello Sobrinho, durante sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Por 13 votos favoráveis e 1 contrário, ele foi aprovado para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A indicação ainda será votada em Plenário.

A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que tem como objetivo fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários. Rebello exercerá o mandato até 31 de dezembro



Jefferson Ruy/Agência Senado

Em sabatina, Rebello destaca importância do mercado de capitais

de 2019, em substituição a Gustavo Rabelo Tavares Borba, que deixa o cargo neste mês.

Rebello destacou sua formação acadêmica e a atuação na própria autarquia, de 1978 a 2009. Graduado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele também é pós-graduado em projetos industriais e possui

MBA em direito empresarial no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Atuou ainda como consultor do mercado de capitais e foi membro de câmaras consultivas de governança de empresas estatais e privadas.

Durante a sabatina, Rebello avaliou que o desenvolvimento do mercado de capitais é

primordial para o desenvolvimento do Brasil, no qual o setor é responsável por 17% dos investimentos. O economista destacou a importância da Instrução 480, da CVM, que prevê transparência nos salários pagos aos executivos de empresas abertas.

Ele disse que a norma favorece o exame de riscos e ajuda o investidor a avaliar se a forma de remuneração dos executivos incentiva o crescimento das companhias em médio e longo prazos. O economista informou que liminar obtida por um grupo pequeno de empresas que não cumpriam a norma foi derrubada na Justiça. Atualmente, todas as companhias fornecem as informações previstas na instrução à CVM, afirmou.

Rebello ressaltou que a CVM tem atuado no sentido

de equilibrar as atividades fiscalizadoras e sancionadoras de forma severa com quem comete irregularidades. Ele destacou que a autarquia também atua na redução da burocracia e do custo de regulação que não apresenta eficácia na proteção do investidor e nem gera segurança ao mercado.

Por fim, Rebello afirmou que as autoridades devem “acompanhar de perto” o fenômeno da inovação financeira, embora ainda não haja reconhecimento quanto ao valor financeiro das moedas digitais pela CVM, que hoje mantém o registro de 400 companhias.

— O assunto deve ser acompanhado muito de perto, porque há pontos positivos e negativos com a iniciativa, como atividades criminosas cometidas com esse tipo de ativo — declarou.



# Colegiado aprova homenagens a paraibanos

Duas personalidades da Paraíba, o monsenhor José Sinfrônio de Assis Filho e o político José Alexandre Filho, poderão dar nome a trechos de rodovias que cortam o estado

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) aprovou ontem homenagens a duas personalidades da Paraíba no século passado. O monsenhor José Sinfrônio de Assis Filho (1924-2006) e o Major Senhor Alexandre, como era apelidado o político José Alexandre Filho (1894-1989), poderão passar a dar nome a trechos de rodovias que atravessam parte do estado. A análise das propostas contendo as duas homenagens segue para o Plenário do Senado.

Pelo texto, o monsenhor José Sinfrônio passará a dar nome à BR-361, entre a Paraíba e Pernambuco (PLC 80/2017). O relatório elaborado por José Maranhão (MDB-PB) foi lido na Comissão de Educação por Fátima Bezerra (PT-RN). O



Reunião da Comissão de Educação e Cultura que aprovou as homenagens foi comandada por Pedro Chaves

texto lembra que o Padre Zé, como era conhecido o monsenhor, foi vigário de Itaporanga por mais de 50 anos.

— Sua trajetória deixou como legado monumentos como o Colégio Diocesano, a estátua do Cristo Redentor, a ampliação da igreja matriz e a Casa do Menor São Domingos

Sávio. É reconhecido como uma pessoa que lutou a vida toda pela melhora da educação e de grande importância para o desenvolvimento local e regional — disse Fátima Bezerra.

A outra proposta aprovada determina que o trecho da BR-405 que liga Paraíba e

Rio Grande do Norte pelas cidades de São João do Rio do Peixe e Marizópolis passará a se chamar Rodovia José Alexandre Filho — Major Senhor Alexandre (PLC 81/2017).

Lido por Lídice da Mata (PSB-BA), o relatório de Maranhão ressalta a marca que Major José Alexandre deixou

no município de São João do Rio do Peixe.

Prefeito entre 1951 e 1955, ele construiu escolas, os prédios da prefeitura municipal, da câmara de vereadores e da cadeia pública; ampliou o cemitério, a biblioteca e o mercado públicos; reformou as Praças Padre Sá e da Matriz e calçou as ruas da cidade pela primeira vez.

— Era um homem simples e de poucas letras, mas tinha visão administrativa. Vale lembrar que décadas antes, em 1932, lutou pela construção do Açude de Pilões, executado com capacidade para 13 milhões de metros cúbicos, uma obra social da maior relevância e que até hoje beneficia a população local através da pesca e irrigação — disse Lídice.

## Avança criação de região integrada para desenvolvimento da metade sul do RS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que cria uma região integrada para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul. A ideia é unificar serviços públicos, incluindo tarifas, fretes e seguros, e abrir linhas especiais de crédito e incentivos fiscais

para atividades produtivas prioritárias. O PLS 129/2018 seguiu com urgência para análise do Plenário.

Segundo o autor, Lasier Martins (PSD-RS), o estado é marcado por profunda desigualdade entre as metades norte e sul, que tem se agravado. De acordo com a Fundação

de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, existe uma diferença significativa na renda per capita entre as duas metades: no norte, é de R\$ 32.590,94 anuais e no sul, de R\$ 20.640,55. O senador acredita que a Região Integrada de Desenvolvimento poderá diminuir o desequilí-

brio e ajudar no crescimento de municípios como Guaíba, Uruguaiana, Sant'Ana do Livramento e Dom Pedrito.

— A metade norte enriqueceu, mas a metade sul é uma região que tem sofrido uma decadência econômica constrangedora — disse Lasier. O relator, Paulo Paim (PT-

-RS), observou que a criação de regiões integradas estimula o trabalho conjunto dos municípios, estados e União para melhorar as condições econômicas e sociais da população local.

— Não há que se falar em aumento de gastos para os governos envolvidos.

### Lindbergh culpa governo Temer por crise econômica

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o Congresso é responsável pela situação do país, por ter afastado Dilma e aprovado a reforma trabalhista e a emenda que limita os gastos públicos. O resultado, disse, é o desemprego que alcança 27 milhões e a previsão de corte pela metade do Bolsa Família para 2019.

— A gente vê o Judiciário aumentando o salário em 16%. Eles aprovaram terceirização irrestrita e concederam aumento para si mesmos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Cássio quer reforma do Estado e critica reajuste para juízes

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) defendeu ampla reforma do Estado, para acabar com os privilégios.

Ele criticou a previsão de aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Os valores podem ser reajustados em 16%, chegando a R\$ 39 mil, lamentou o senador.

Em outro discurso, ele criticou também o veto ao reajuste para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. O senador disse que a categoria está há quatro anos sem revisão salarial.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Reguffe afirma que aumento de salário do Judiciário é escárnio

Reguffe (sem partido-DF) chamou ontem de escárnio com o contribuinte o projeto que aumenta o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ele disse que o reajuste aumentará o teto constitucional de salários e provocará aumentos em cadeia nos proventos da magistratura, o que agravará o déficit público.

— O presidente [Temer], que diz que falta dinheiro para uma série de coisas, resolve avaliar esse aumento. [...] Isso é uma irresponsabilidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Lídice condena atitude de Bolsonaro por falar em fuzilamento

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou Jair Bolsonaro por conchamar seus apoiadores a “fuzilar a petralhada”, durante visita ao Acre.

Ela lamentou o que qualificou de “total omissão” do Ministério Público e do Judiciário diante de ataques frontais aos pilares da democracia.

— Ele pretende entregar a Amazônia ao capitalismo estrangeiro. Essa submissão ficou patente quando envergonhou o país batendo continência para a bandeira americana em visita aos EUA.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### Gleisi critica decisão do TSE de impugnar a candidatura de Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que a democracia brasileira é vítima de “golpes” desde o impeachment de Dilma até o impedimento da candidatura de Lula à Presidência pelo TSE. Para Gleisi, Lula teria recebido tratamento desfavorável da Justiça Eleitoral. Ela classificou como “censura prévia” as decisões que restringiram as menções a Lula na campanha do PT.

— Entendam: não existe eleição sem a presença de Lula! A política no Brasil passa por ele.



Waldemir Barreto/Agência Senado

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



## Senado aprova renegociação de dívida do Iraque com o Brasil

O Senado aprovou ontem projeto que autoriza a redução de dívidas do Iraque com o Brasil. O texto havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foi votado em regime de urgência. Segue agora para promulgação.

A operação decorre de financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros feitos na década de 80, por convênio de crédito firmado entre o Banco do Brasil e o governo do Iraque, com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (Finex). Os valores dos créditos das exportações, em 31 de dezembro de 2004, alcançaram o montante de US\$ 430 milhões.

Com a reestruturação, o Brasil dará um desconto de 89,75% pelo pagamento à vista. Assim o Iraque deverá quitar o valor de US\$ 44,1 milhões em até um mês após a assinatura do acordo de reescalonamento.

Segundo o relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a renegociação da dívida do Iraque tem origem em conversas iniciadas em 2007, com base em recomendações do Clube de Paris, principal fórum onde os países podem reestruturar a dívida externa, com prazos mais longos ou juros menores.

— A renegociação da dívida abrirá novas possibilidades para as relações econômicas e comerciais entre os países.

## Comissão autoriza doação de 25 tanques de guerra ao Uruguai

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a doação de 25 tanques de guerra M-41C Caxias ao Exército do Uruguai, fruto de um acordo assinado em 2013 entre os governos dos dois países. A análise da doação dos tanques segue agora ao Plenário do Senado (PLC 91/2018).

Como explicou o relator na CRE, Pedro Chaves (PRB-MS), a doação dos 25 tanques reforçará o bom relacionamento existente entre Brasil e Uruguai. O Exército brasileiro já está substituindo os M-41C Caxias pelos blindados Leopard, que são comprados do Exército da Alemanha.

— A doação é de viaturas já desativadas, com o próprio

comando da força terrestre recomendando que sejam doadas. Hoje os M-41C Caxias destinam-se mais como meio auxiliar de instrução — disse o relator.

### Outros acordos

Também foram aprovados acordo assinado entre os governos do Brasil e da Suécia para a troca e a proteção mútua de informações classificadas (PDS 93/2018), acordo de cooperação educacional entre Brasil e Armênia (PDS 94/2018) e formação de grupos parlamentares de amizade com a Holanda (PRS 23/2018) e com o Congo (PRS 34/2018). Os textos seguem para análise do Plenário.

# Privatização de empresas de energia vai ao Plenário

Emendas ao projeto que viabiliza privatização de distribuidoras provocaram polêmica na comissão. Para o relator, Eduardo Braga, elas evitam que dívidas das empresas sejam repassadas ao consumidor

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) aprovou ontem o projeto que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras (PLC 77/2018).

O projeto busca resolver pendências jurídicas para despertar o interesse de investidores pelas empresas, principalmente para as que atuam na Região Norte. Por acordo, o projeto também foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora está pronto para ser votado pelo Plenário do Senado, o que deve ocorrer logo após as eleições do primeiro turno.

A aprovação do relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM), no entanto, não veio sem polêmica. Braga, que também é presidente da comissão, chegou a suspender a reunião por pouco mais de uma hora para tentar buscar um acordo sobre o texto final.

Ele queria aprovar o relatório com as emendas apresentadas na comissão, enquanto o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo, queria o texto sem as emendas, conforme já aprovado na Câmara dos Deputados.

Braga explicou que as emendas poderiam evitar que a dívida da Amazonas Energia seja transferida para o consumidor do estado, além de afastar uma possível liquidação da empresa.

Segundo ele, o valor da dívida da companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões. O governo, porém, preferia o texto sem alterações, para que a empresa fique mais atraente para possíveis compradores.



Senadores debatem projeto sobre privatização de distribuidoras no Norte

Braga acrescentou que, por questões regimentais, as emendas aprovadas na comissão permitiriam um destaque para que o assunto seja discutido em Plenário, no momento em que o projeto for votado.

— Essas emendas podem salvar a Amazonas Energia e o fornecimento de energia para o estado. A forma de não correr risco é votar com as emendas. Senão, as emendas não estarão vivas no Plenário para a gente votar — argumentou Eduardo Braga.

### Dívida

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora de uma das emendas, manifestou posição contrária às privatizações, mas elogiou o relatório de Eduardo Braga. Segundo a senadora, o valor da dívida de todas as empresas que podem ser privatizadas, e que poderia ser repassado aos consumidores, pode chegar a R\$ 20 bilhões.

— Não podemos permitir que isso aconteça — declarou Vanessa Grazziotin.

Fernando Bezerra fez questão de ressaltar que o gover-

no não tem compromisso com o mérito das emendas apresentadas, mas elogiou o entendimento final acerca do relatório — que teve apenas o voto de Bezerra contrário no momento da votação.

O senador informou ainda que já entrou em contato com o governo para que o projeto seja votado em 9 de outubro.

### Leilão

A Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, já foram arrematadas no dia 30 de agosto em leilão promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em julho, foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa).

Além dessas, o governo pretende vender a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal).

O contrato de concessão deverá ser assinado entre os dias 31 de outubro e 5 de dezembro. Conforme informou a senadora Vanessa Grazziotin, o leilão da Ceal está suspenso pela Justiça.



Acordo assinado em 2013 foi aprovado na CRE e segue para o Plenário

## Otto diz que Nordeste reconhece trabalho de Haddad como ministro de Lula

Otto Alencar (PSD-BA) criticou a imprensa do Sul do país, que estaria menosprezando o povo nordestino, ao dizer que o atual candidato a vice-presidente na chapa do PT, Fernando Haddad, é conhecido no Nordeste como “Andrade”.

Segundo o senador, o Nordeste conhece, sim, Haddad pelo seu trabalho como mi-



nistro da Educação do governo Lula.

Otto Alencar lembrou que a Bahia passou 200 anos com uma única universidade federal e Lula — cuja candidatura à Presidência foi impugnada, na semana passada, pelo Tribunal Superior Eleitoral — implantou cinco novos centros federais de ensino superior no estado.

## Avança aumento de pena por uso de celular na prisão

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que aumenta em até um ano a pena do preso que usar telefone celular na cadeia (PLS 411/2017). Aprovado na forma de substitutivo, o projeto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde vai tramitar em decisão final, caso não haja recurso para análise em Plenário.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) leu o relatório, de autoria do senador Lasier Martins (PSD-RS), que prevê detenção de três meses a um ano para o preso que receber, possuir ou fazer uso de aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou

com o ambiente externo, fora das hipóteses admitidas em lei. Para Lasier, são comuns os casos nos quais o detento comanda, de dentro dos presídios, facções criminosas na prática da contravenção e na promoção da violência.

O projeto original é do senador Wilder Moraes (DEM-GO). No substitutivo, o relator excluiu o trecho que impunha às prestadoras de serviços de telecomunicações a responsabilidade pela instalação de bloqueadores de sinais nas penitenciárias. Para Lasier, a segurança pública é dever do Estado e a transferência da obrigação para entes privados coloca em risco a integridade física dos funcionários e o pa-

trimônio da empresa (torres, antenas, centrais telefônicas), o que afeta a oferta dos serviços aos demais cidadãos.

### Rodovias

A comissão também aprovou o projeto que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais à margem de rodovias federais e ferrovias. A lei em vigor veda a existência de construções em uma faixa de 15 metros de cada lado das estradas (PLC 26/2018).

A proposta acaba com essa proibição no caso de imóveis já erguidos ou em construção. Relatado na CI por Lasier Martins, o projeto agora segue para a CCJ.



# Convidados pedem clareza de planos de saúde

Para os participantes de audiência, operadoras de saúde precisam demonstrar abertamente seus resultados e oferecer serviços de qualidade que segurados possam pagar

O SETOR DE planos de saúde precisa de transparência em relação aos seus reais custos e resultados para que não haja dúvidas quanto à necessidade ou não de reajustes das mensalidades. Foi o que afirmaram os participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Eles disseram também que o setor precisa oferecer serviços de qualidade que os cidadãos possam pagar.

O diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Leandro Fonseca da Silva, afirmou que o desafio da saúde no Brasil pode ser até maior que o problema da sustentabilidade da Previdência. Ele disse que a população está envelhecendo, a demanda por saúde crescendo e os custos de serviços, procedimentos e equipamentos, aumentando. A questão em



Senadora Marta Suplicy (C), presidente da Comissão de Assuntos Sociais, conduz a audiência pública

sua opinião é como financiar uma saúde de qualidade com custo suportável pelo consumidor.

A titular da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, Ana Lúcia Kenickel Vasconcelos, afirmou que houve mais de 29 mil reclamações de consumidores contra planos de saúde em 2017 e, em 2018, até julho, o número já passou de 16 mil. Ela informou que os planos de saúde coletivos já são 96% dos contratos. Nesse tipo de plano, segundo a secretária, o

consumidor não tem participação ou controle sobre o que é gasto com procedimentos, exames e consultas.

Ela cobrou mais clareza nos contratos de adesão, que devem apresentar, na primeira página, de maneira clara, tudo que está sendo contratado e quais os direitos que a pessoa terá ao pagar determinada mensalidade. Ana Lúcia sugeriu a proibição de que planos de saúde possam rescindir contratos unilateralmente, a não ser em casos de fraude ou inadimplência.

Representando o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o advogado Igor Rodrigues Britto afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU) já apontou em relatório a incapacidade de a ANS prevenir, identificar ou corrigir reajustes abusivos em planos coletivos.

Pela União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), o assessor jurídico José Luiz Toro da Silva explicou que essas operadoras de saúde são administradas por grupos de funcionários ou

servidores sem finalidade lucrativa, o que permite que elas sejam mais transparentes e ofereçam serviços de qualidade a preços justos. Entretanto, ele reclamou que a legislação e a regulação não incentivam esse tipo de operadora.

Já o diretor-executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde), José Cechin, argumentou que a inflação na saúde é maior que a oficial e que, embora o número de clientes tenha caído nos últimos três anos, o volume de consultas e exames continua aumentando. Ele garantiu que as operadoras vêm buscando reduzir e racionalizar despesas com inovação, diminuição do custeio administrativo e investimentos contra fraudes.

A reunião também teve a participação do advogado da Central Nacional Unimed José Cláudio Ribeiro Oliveira.

## Especialistas defendem direito previdenciário na universidade

Diante da atual discussão sobre seguridade social no país, a inclusão do direito previdenciário na matriz curricular dos cursos de direito é de extrema importância para a formação dos estudantes da área. Essa avaliação foi feita pelos convidados da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) a pedido de Paulo Paim (PT-RS).

A advogada e professora Anna Carla Fracalossi apresentou um estudo do IBGE demonstrando que um em cada quatro brasileiros terá 65 anos ou mais em 2060. Para ela, é necessário adequar a

matriz curricular do direito a essa realidade.

A professora apresentou também dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelando mostrando que o INSS é o principal litigante na Justiça, ocupando o primeiro lugar em processos (22,3%) e sendo responsável por 43,12%

das ações que tramitam na Justiça Federal.

Já a representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Jane Berwanger, criticou a implantação pelo INSS de um novo modelo de atendimento chamado INSS Digital. Para ela, a nova ferramenta não é a solu-

ção para o sucateamento da instituição.

— É preciso entender que mexer em redes sociais não é o mesmo que protocolar um processo e acompanhá-lo no meio digital. A legislação previdenciária é muito complexa, por isso é necessário ter profissionais qualificados nessa

área para atender as pessoas.

O presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário do Conselho Federal da OAB, Chico Couto, apontou que os advogados têm sentido na pele as dificuldades relacionadas à seguridade social.

— Recentemente um cliente faleceu porque tinha uma hérnia bem aguçada e teve seu benefício cortado. Ele sabia que, se voltasse a trabalhar, morreria, mas precisava alimentar sua família. Casos assim são reflexo da indústria da perícia médica. Muitas vezes a perícia é favorável ao segurado, mas o juiz sentencia o contrário.



Os convidados da audiência pública realizada a pedido de Paim (C) também criticaram a atuação do INSS

### Vanessa anuncia força-tarefa para obras da BR-319

Uma força-tarefa foi criada para acompanhar a situação do recapeamento da BR 319, rodovia que liga Manaus a Porto Velho. O anúncio foi feito ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) A decisão foi tomada durante audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI) com a presença dos ministros dos Transportes, do Meio Ambiente e da Justiça.

— Nós nos ligamos à parte norte da América do Sul, nós nos ligamos por estradas à América Central e à América do Norte, mas não nos ligamos ao nosso próprio país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Valadares destaca problemas que atingem Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou em Plenário os problemas que afetam Sergipe, como o fato de ser a sexta unidade da Federação em mortes violentas e a quarta em desemprego.

Valadares ressaltou o caos financeiro em que mergulhou o estado de Sergipe. O caos, segundo ele, é resultado de uma administração que arrecada e gasta mal.

O senador pediu aos jovens sergipanos que mantenham o idealismo, a firmeza e a determinação neste momento, quando está sendo definido o futuro da nação e do estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Questões da Independência são atuais, diz Chaves

Ao registrar os festejos do Dia da Independência, o senador Pedro Chaves (PRB-MS) lembrou ontem, em Plenário, que o corte dos laços do Brasil com Portugal derivou de questões como a carga tributária, os custos da máquina do governo e a autonomia do país.

O senador destacou que a revolta contra os impostos da colônia levou a uma discussão permanente sobre a exigência de uma contrapartida do Estado aos impostos que cobra.

— Devemos nos concentrar no imposto inevitável, decorrente do financiamento do Estado, compatibilizando recursos e tendo o cidadão como objetivo.

### Aborto: para Ferraço, competência é do Congresso Nacional

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) criticou ontem o Supremo Tribunal Federal (STF) por invadir — a seu ver, mais uma vez — as atribuições do Congresso ao decidir sobre a constitucionalidade do aborto provocado.

O senado lembrou que recentemente o tribunal realizou audiência pública e ouviu organizações e pessoas favoráveis e contra a legalização do aborto. Após isso, o caso deve ir a julgamento pela Corte.

— Esta Casa é a casa que tem legitimidade para fazer esse debate e essa manifestação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Fátima critica segurança no Rio Grande do Norte

Fátima Bezerra (PT-RN) usou dados do *Anuário da Segurança Pública*, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para criticar ontem em Plenário a gestão do Rio Grande do Norte.

Segundo a senadora, os dados colocam o estado como o mais violento do país e as principais vítimas seguem sendo as pessoas negras:

— Em 2017, a taxa de homicídios de pessoas negras no Rio Grande do Norte foi de 70,5 vítimas por 100 mil habitantes, enquanto a taxa de homicídios de pessoas não negras foi de 16 vítimas.



Waldemir Barreto/Agência Senado





## Constituição estabeleceu as bases das instituições democráticas no país

Ao organizar o Estado, os constituintes se preocuparam em criar diretrizes para orientar atuação do agente público

Guilherme Oliveira

**DIREITOS SOCIAIS**, liberdades individuais, educação, saúde, segurança, infraestrutura, economia, meio-ambiente. A Constituição federal promulgada em 1988 cobriu toda sorte de demandas da cidadania em mais de 200 artigos. Para além desses temas que despertam o interesse e a mobilização, porém, existe ainda uma outra obrigação que a Carta Magna deve cumprir. Uma que pode não ser tão glamurosa, mas sem a qual nenhuma das outras fica em pé.

Trata-se da organização do Estado: o mapeamento das funções dos órgãos, autoridades e servidores, a forma como cada um exercerá as suas competências. Na Assembleia Constituinte, com todo o interesse (e cobrança) em expandir o rol de direitos para o povo, houve preocupação também em estabelecer as bases da democracia e das instituições brasileiras.

### Administração pública

A organização do Estado na Constituição de 1988 não delimita apenas as grandes atribuições dos Poderes e a forma como os altos mandatários exercem os seus cargos. Faz parte dessa missão também a administração pública em todos os seus níveis e as práticas rotineiras dos servidores de carreira.

A Constituição dedicou espaço a explicitar quais diretrizes a gestão pública deveria seguir para funcio-



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

A Constituição delimitou as atribuições dos Três Poderes e organizou a administração pública em todos os níveis

nar de forma transparente e profissional. Os principais valores estão reunidos em cinco princípios:

▪ **Legalidade:** todas as atividades desempenhadas pela administração devem decorrer da lei.

▪ **Impessoalidade:** a administração deve aplicar as mesmas regras para todos, sem discriminações e preconceitos arbitrários contra indivíduos ou grupos.

▪ **Moralidade:** a administração deve zelar pelas boas práticas e pela ética.

▪ **Publicidade:** as atividades da administração devem estar sujeitas ao escrutínio da população e dos órgãos de controle.

▪ **Eficiência:** a administração deve exercer suas funções com precisão, velocidade e economia de recursos.

Um aspecto dessa normatização foi a adoção dos concursos como principal

forma de ingresso no serviço público — apesar de já existirem, eles não eram a principal forma de recrutamento. A estabilidade garantida aos servidores também teve origem no ímpeto de se garantir a qualidade da gestão pública.

O princípio da eficiência é reflexo de uma reforma administrativa implementada na década de 1990. O processo buscou implantar na administração pública uma organização mais gerencial, voltada à qualidade do serviço prestado.

Para o consultor legisla-

tivo do Senado João Trindade a redação original da Constituição trazia muitas pautas “corporativas”, voltadas para o funcionamento da burocracia e seus executores, e nem tanto para o cidadão que usufrui dos serviços públicos.

— A reforma foi uma correção de rumos. Todas as regras e princípios originais visavam evitar o abuso de poder e proteger o servidor público, porque saímos de um regime em que ele era perseguido. Mas não houve tanta preocupação com o “cliente”.

O deputado constituinte Jorge Hage (PMDB-BA) afirma que a Constituição entregou um “roteiro bastante completo” para diversos avanços administrativos que o Brasil implementou ao longo das décadas seguintes, num processo contínuo de aprimoramento institucional. Entre as medidas tomadas no pós-88, ele cita a Lei de Improbidade Administrativa (1992), a Lei de Acesso à Informação (2011) e a Lei Anticorrupção (2013), além da criação do Portal da Transparência da União, em 2004.

— Esses princípios já estavam presentes na Constituinte. A construção da maior parte dos instrumentos de transparência e *accountability* é coisa um pouco mais recente, mesmo porque essa ênfase na luta contra a corrupção é característica das últimas duas décadas, não somente no Brasil, mas no mundo.

Hage participou da concretização de muitas dessas medidas como chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) entre 2006 e 2015.

— A criação da CGU faz parte do despertar do país para a luta contra a corrupção, nas duas últimas décadas. É contemporânea do fortalecimento da Polícia Federal, da autonomia do Ministério Público, da criação do Portal da Transparência, da instauração dos processos de demissão de agentes públicos por improbidade e do resto do instrumental que temos hoje.

### Princípios da gestão no setor público





# Decisão por presidencialismo com traços de parlamentarismo

Assunto de mais destaque na reta final da Constituinte, escolha pelo presidencialismo esbarrou na resistência do Centrão e deixou até hoje resquícios do outro sistema, como medidas provisórias

**UM DOS** debates mais intensos e decisivos de toda a Assembleia Constituinte foi o que dizia respeito ao sistema de governo do Brasil a partir da promulgação da nova lei maior do país — ou seja, como seria exercida a direção do Poder Executivo nacional e por quem. A decisão a ser tomada era entre o presidencialismo e o parlamentarismo, e a primeira opção prevaleceu.

No presidencialismo, essencialmente, uma mesma autoridade exerce todas as responsabilidades inerentes ao Executivo. Essa pessoa — o presidente da República — é eleita diretamente pela população do país para um mandato de duração determinada, que só pode ser interrompido em situações muito excepcionais.

Já no parlamentarismo, as tarefas do Executivo são divididas entre duas pessoas: o chefe de Estado e o chefe de governo. O chefe de Estado representa a unidade e a soberania da nação e cumpre funções diplomáticas, cerimoniais e simbólicas. No caso de repúblicas, ele é eleito pelo voto popular; em monarquias,

trata-se do líder da família real.

Já o chefe de governo é o encarregado de fato pela condução política e administrativa do país. Em geral, ele é escolhido entre os membros do parlamento, representando uma coalizão majoritária. O posto é mais volátil: o chefe de governo pode ser substituído por seus pares a qualquer momento durante a legislatura, caso a maioria mude de lado. Ao mesmo tempo, ele pode, em alguns casos, dissolver o parlamento, convocando eleições extraordinárias.

A Assembleia Constituinte de 1988 chegou muito perto de legar ao Brasil um sistema parlamentarista de governo. O texto preliminar que foi encaminhado ao Plenário para decisão final previa exatamente esse modelo, com a figura de um primeiro-ministro como chefe de governo e de um presidente como chefe de Estado.

Nos termos do anteprojeto, o primeiro-ministro seria nomeado pelo presidente e reuniria, com a sua autorização, um gabinete de ministros. O primeiro-ministro

poderia ser destituído pela Câmara dos Deputados por meio um instrumento chamado “moção reprobatória” e também poderia ser exonerado pelo presidente. Nesses casos, o conselho de ministros também seria dissolvido e o governo seria montado novamente.

Para o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB), o impulso parlamentarista dos constituintes era resultado de uma “desilusão” com um regime presidencialista marcado por uma série de destabilizações nas décadas anteriores.

— O presidencialismo de 1946 a 1964 deixou muito a desejar: [Getúlio] Vargas se matou, tivemos dois impeachments, depois a renúncia de Jânio [Quadros]. Depois veio o regime militar. [José] Sarney foi um presidente impopular. Isso deu muita força aos parlamentaristas.

A tendência parlamentarista era muito forte na Assembleia e tinha apreciadores tanto à esquerda quanto à direita. Mesmo assim, a proposta esbarrou em uma resistência que se sobrepunha

ao tema e que se fez decisiva no momento da análise do texto definitivo. A resistência teve como protagonista o grupo político conhecido como “Centrão”.

## Resistência do Centrão

O Centrão unia parlamentares de viés mais conservador, que orbitavam a centro-direita. O grupo já era um ator da vida parlamentar brasileira desde o início da década, com o fim do sistema bipartidário, mas não era uma frente uniforme e nem sempre votava com coesão. Na Constituinte, ele encontrou um ponto crucial de convergência graças a um descontentamento generalizado de seus membros com as regras do jogo.

Um dos líderes do Centrão era o deputado Bonifácio de Andrada (MG), do então PDS. Ele relata que havia entre muitos colegas um desconforto em relação à configuração escolhida para os trabalhos da Assembleia.

Segundo Bonifácio, a Constituinte de 1988, ao contrário das outras que o Brasil havia tido na sua história, optou por integrar todos os deputados e senadores à atividade, em vez de criar uma comissão restrita.

Para que isso funcionasse, o presidente Ulysses Guimarães adotou uma “solução estranha”, que foi a montagem de diversas comissões temáticas, cada uma repartida em subcomissões. Essa foi uma forma encontrada para que 593 parlamentares dessem contribuições ao texto.

No entanto, Bonifácio afirma entender que essa multiplicidade de organismos resultou em um problema na hora de encadear as propostas em um projeto final.

— Nas comissões, ora era vitorioso o grupo mais à esquerda, ora o mais conservador. Os produtos de cada uma das comissões eram às vezes totalmente impossíveis de articular com os de outras. O [deputado Bernardo] Cabral [relator-geral da Assembleia] teve uma dificuldade grande



Em 1993, o Brasil teve uma nova chance de escolher o sistema de governo por meio de plebiscito e o presidencialismo resistiu, com 70% dos votos da população



Para David Fleischer, fragmentação partidária é herança da disputa



João Trindade diz que MPs são um instrumento típico parlamentarista

para fazer texto único.

O anteprojeto emitido pela Comissão de Sistematização — responsável pela consolidação do trabalho das comissões — foi considerado um “Frankenstein” e reprovado pelo Centrão. Havia também um componente ideológico por trás: na sistematização, o PMDB, partido com mais membros, selecionou suas nomeações de modo a sobrerrepresentar a banda progressista do partido, tendente à centro-esquerda. Isso se refletiu no texto do anteprojeto, desagradando o Centrão.

Como o regime da Assembleia previa que o Plenário deveria apenas aprovar ou rejeitar o texto da sistematização por inteiro, sem promover alterações, criou-se um impasse: a nova Constituição corria o risco de ser inteiramente derrubada.

A solução encontrada foi promover uma alteração no regimento criando a possibilidade de destacar trechos do projeto para votação em separado. Com isso, abriu-se um novo universo de debates na Constituinte, em que o Plenário poderia redesenhar todos os pontos polêmicos.

parlamentarismo, o senador Mário Covas (SP) defendia o mandato de quatro anos. Os apoiadores do presidente pressionavam pela manutenção do quinto ano.

A disputa contou com a interferência direta do Planalto. David Fleischer lembra que o governo “distribuiu vantagens” entre correligionários para arregimentar apoio, citando o crescimento recorde de outorgas de emissoras de rádio e televisão no período: de 1988 para 1990 houve 665 novas concessões, contra 702 em todo o restante da década, segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Bonifácio de Andrada lamenta que a visão de longo prazo tenha se misturado com questões circunstanciais, mas reconhece que isso faz parte do processo.

— Misturaram a luta e o debate do mandato com a luta e o debate parlamentarista. Toda Assembleia [Constituinte] sofre pressões do momento, é natural. Sarney fez pressão se valendo dos seus ministros.

O triunfo da tese dos cinco anos foi fundamental para minar o parlamentarismo. O próprio Covas arrefeceu e em pouco tempo lideraria um movimento de dissidência do PMDB para a fundação de um novo partido — o PSDB. Pela nova sigla, inclusive, disputou a Presidência em 1989, ficando em quarto lugar na corrida.

Tomada no calor do momento, a decisão referente à

duração do mandato presidencial se mostrou frágil.

Além de Sarney, apenas um outro presidente do Brasil regido pela Constituição de 1988 se valeu dos cinco anos: Fernando Collor, eleito em 1989 — que nem chegou a completar o mandato, tendo renunciado em fins de 1992.

Em 1994, a Revisão Constitucional fez o texto voltar atrás e passar a prever quatro anos. Mais à frente, em 1997, foi instituída a possibilidade de reeleição.

O parlamentarismo ainda veio a ter mais uma chance: em 1993, os cidadãos brasileiros foram chamados a confirmar o seu sistema de governo em um plebiscito. O presidencialismo resistiu, vencendo com maioria de quase 70% dos votos.

## Resquícios

A opção da Assembleia Constituinte pelo presidencialismo, atribuída como foi, permitiu que alguns vestígios do parlamentarismo sobrevi-

vessem e se naturalizassem como parte do sistema até hoje.

Para o cientista político David Fleischer, um exemplo são as normas brasileiras para a criação de partidos. Consideradas muito relaxadas, elas são típicas de países parlamentaristas. O resultado é um presidencialismo “dissidencioso”

— Nos presidencialismos, você tem poucos partidos no Congresso. Para ter uma boa governabilidade, o máximo deve ser de seis a oito partidos. O que mais apresenta o Brasil como “parlamentarista” é essa fragmentação partidária muito grande.

O consultor legislativo do Senado João Trindade acredita que a liberdade quase irrestrita para o estabelecimento de siglas tem mais a ver com a vontade de dar uma “resposta” ao período autoritário do qual o país saía. Para ele, que é especialista em direito constitucional, resquícios mais evidentes de uma intenção parlamentarista são a medida provisória e a lei do impeachment.

A medida provisória (MP) é a ferramenta pela qual o chefe de governo pode editar normas com força imediata de lei, que valem e produzem efeitos até serem confirmadas pelo Congresso.

Ela é um instrumento típico de países parlamentaristas. Nasceu na Itália e foi trazida para o sistema brasileiro quando se pensava que ele seria parlamentarista e acabou ficando.

Regimes que utilizam a MP costumam prever consequências severas quando ela é rejeitada, como a dissolução do parlamento — a intenção é evitar abuso do recurso.

O presidencialismo brasileiro manteve a MP sem nenhuma amarra. Como resultado, desde a promulgação da Constituição, mais de 3 mil medidas provisórias já foram editadas pelos presi-



Deputado constituinte Bonifácio de Andrada destaca pressão do governo

dentes do Brasil.

Outra herança, explica Trindade, é o impeachment. Ao contrário da MP, é um procedimento típico de presidencialismos, para remover do cargo os mandatários que cometerem irregularidades. No entanto, o impeachment no Brasil tem uma definição extremamente ampla dos crimes de responsabilidade. Um dos crimes listados, por exemplo, é “proceder de modo incompatível com a dignidade do cargo”, o que pode ser livremente interpretado.

— Temos uma blindagem do presidente contra o impeachment baseada principalmente na questão do quorum elevadíssimo, mas a proteção em termos materiais é quase zero.

O resultado é um processo que fica no “meio do caminho” entre um julgamento rigoroso do chefe do Executivo e um instrumento de reestruturação do governo quando há perda de maioria parlamentar — tal como as moções de censura e desconfiança no parlamentarismo.

A lei do impeachment (Lei 1.079, de 1950) precede a Constituição e reformá-la não foi prioridade dos constituintes. Com a adoção de última hora do presidencialismo, ela serve de “solução-tampão” para problemas de governabilidade e já foi acionada duas vezes, contra Fernando Collor, em 1992, e contra Dilma Rousseff, em 2016.



Ulysses recebe consolidação das propostas das comissões: texto foi tido como “Frankenstein” e rejeitado pelo Centrão

## Diferenças entre os dois sistemas

	Presidencialismo	Parlamentarismo
Chefe de Estado e chefe de governo	Uma mesma pessoa exerce as funções de chefe de governo e de chefe de Estado	O chefe de governo e o chefe de Estado são pessoas diferentes
Escolha do chefe de governo	Eleito, diretamente (pelos cidadãos) ou indiretamente (por um colégio eleitoral) em eleições presidenciais de periodicidade predeterminada	Escolhido dentre os membros do Parlamento em eleições parlamentares de periodicidade predeterminada ou convocadas extraordinariamente
Substituição do chefe de governo antes do fim do mandato	Impeachment	Perda de maioria no Parlamento, moção de censura ( <i>no confidence</i> )
Relação entre Executivo e Legislativo	Chefe de governo presta contas ao Legislativo, mas age de forma independente. Chefe de governo não pode dissolver o Legislativo	Chefe de governo é membro do Legislativo. Chefe de governo pode dissolver o Legislativo e convocar novas eleições
Gabinete ministerial	Livre escolha do presidente	Composto por membros do Parlamento



# Mudanças aumentaram poderes do Judiciário e do Ministério Público

A Constituição criou o Superior Tribunal de Justiça, ampliou as competências do Supremo e deu autonomia ao Ministério Público

**A MANUTENÇÃO** do presidencialismo evitou que o Brasil experimentasse mudanças profundas na organização dos Poderes Executivo e Legislativo. O mesmo não pode ser dito do Poder Judiciário, que recebeu inovações importantes.

No Judiciário, a Constituição extinguiu o antigo Tribunal Federal de Recursos, que era a instância de apelação acima dos juízes federais. No seu lugar, foram criados cinco tribunais regionais federais (TRFs).

A Constituição inaugurou também o Superior Tribunal de Justiça (STJ), para onde foram transferidos os 13 ministros do TFR. Composto por 33 magistrados, o STJ nasceu da intenção de transferir competências do Supremo Tribunal Federal (STF) para outra corte, permitindo que o órgão máximo do Judiciário se dedicasse exclusivamente ao controle de constitucionalidade: a atividade de fazer cumprir a adequação de leis e atos do poder público à Constituição federal.

O STF se encarregaria das questões constitucionais, deixando o STJ absorver atribuições de um tribunal comum, como julgamentos originários ou recursais. No entanto, esse plano não se concretizou, como conta o consultor do Senado João Trindade.

— Houve uma briga de poder. O STF não queria perder as suas funções envolvendo ações penais originárias e não constitucionais. Assim, esse projeto foi feito de forma incompleta.

O STJ ficou encarregado da uniformização da interpretação das leis federais, transformando-se na

autoridade definitiva para as questões de legislação infraconstitucional. Também ganhou a competência para julgar originariamente algumas autoridades, como governadores e desembargadores — outras, como o presidente da República, seus ministros e os parlamentares, permaneceram com foro especial no STF.

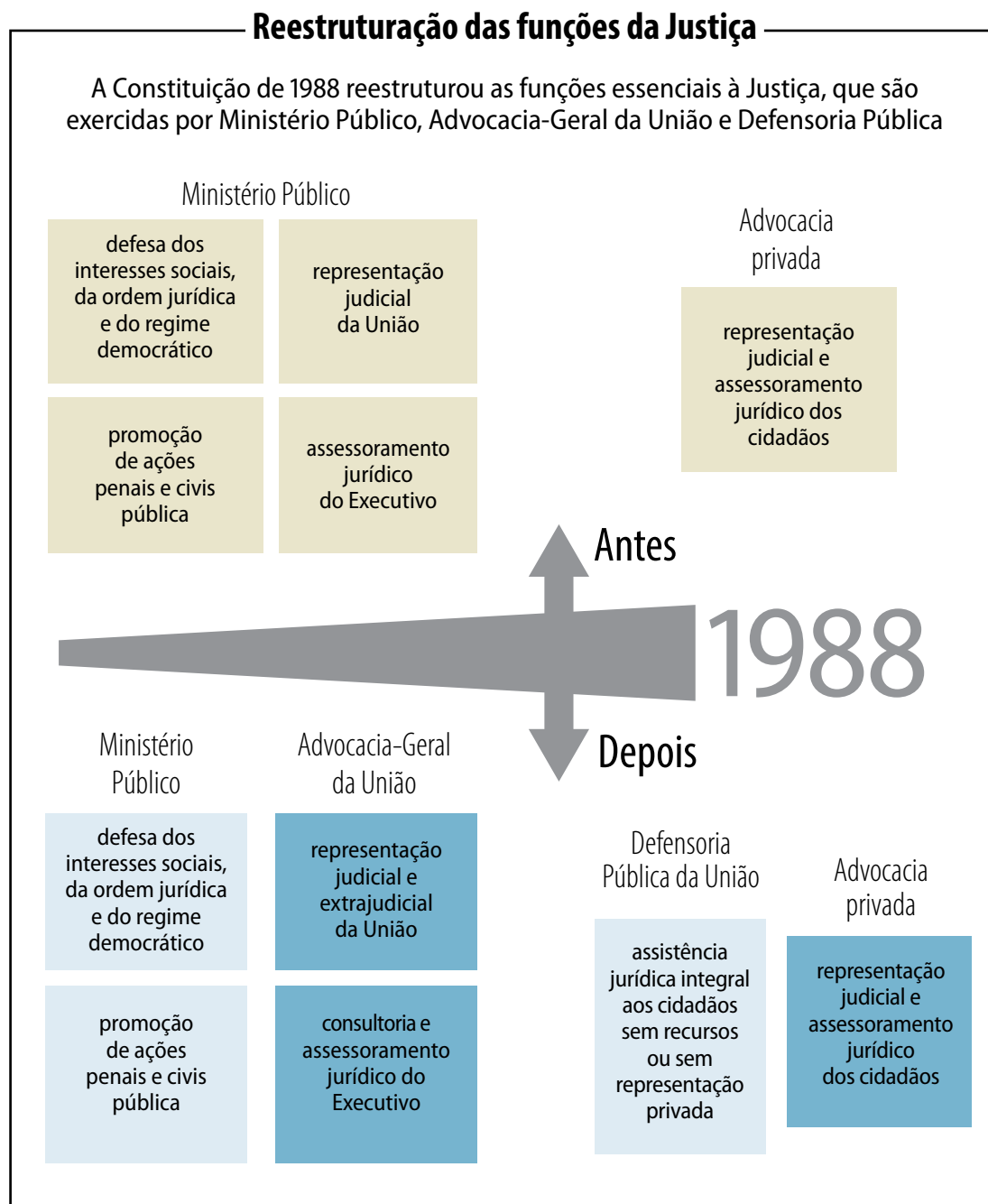
O jurista Modesto Carvalhosa é crítico da configuração que foi legada pela Assembleia Constituinte para o STF. Para ele, o caráter muito descritivo e detalhista da Constituição levou a uma exacerbação das competências do STF.

— A Constituição empoderou o Supremo de competências absolutamente vulgares. Isso foi também um lobby dos próprios ministros, que queriam poderes excelsos.

Carvalhosa diz que o tribunal hoje virou uma “vara criminal”, excessivamente atrelado a preocupações com o julgamento de autoridades e com recursos sobre todo tipo de matérias.

Outro problema, avalia, é a intensa politização dos ministros. Para o jurista, os presidentes da República têm se aproveitado da prerrogativa da indicação para colocarem no tribunal magistrados com perfil “militante”. Ele afirma que essa prática poderia ser coibida com a instituição de mandatos de tempo fixo para os ministros do Supremo.

O deputado constituinte Bonifácio de Andrada também critica a situação do STF. A começar pela autonomia financeira e administrativa concedida ao Poder Judiciário, que, segundo Bonifácio, se trans-



formou em um instrumento de pressão.

Além disso, o deputado aponta para alterações no texto da Constituição operadas no início dos anos 2000, que, segundo ele, solaparam garantias anteriormente concedidas aos parlamentares. Exemplo disso, na sua visão, é a Emenda Constitucional 35, de 2001, que passou a dispensar a autorização prévia da Câmara dos Deputados ou do Senado para a recepção de denúncia contra um deputado ou senador.

## Funções essenciais

Além do Judiciário, as chamadas funções essenciais à Justiça foram reestruturadas de forma significativa pela Constituição de 1988. Essas funções englobam três instituições:

o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública.

O Ministério Público, em particular, se firmou como um grande símbolo das mudanças estruturais promovidas pela Assembleia Constituinte em seu espírito de dar voz e corpo a demandas sociais. Antes um órgão inteiramente subordinado ao Poder Executivo, ele ganhou autonomia para funcionar de forma independente.

Tecnicamente, o MP se encarrega da defesa da ordem jurídica e do regime democrático. Os promotores têm a procuração da sociedade para representá-la perante à Justiça. Isso significa que cabe a eles ingressar com ações penais e civis públicas para defender direitos individuais

ou coletivos. O Ministério Público pode, inclusive, investigar e produzir provas de forma autônoma.

Para Modesto Carvalhosa, o destaque do MP, que foi convertido em uma espécie de “quarto poder” da República, foi uma das maiores conquistas da Constituição de 1988. O jurista observa que hoje o órgão está bastante ligado a ações de combate à corrupção, que têm o expressivo apoio da população e vêm obtendo “resultados históricos” nos últimos anos.

— O Ministério Público é a liderança do país na melhoria dos costumes políticos. Seu papel se tornou fundamental a ponto de deputados e senadores, mesmo aqueles implicados [em corrupção], não aceitarem diminuir esse poder.

## JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal  
CEP 70.165-920, Brasília - DF  
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br  
Twitter: @SenadoFederal  
facebook.com/SenadoFederal  
Telefone: 0800 61 2211

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão  
Coordenadora-geral:  
Ana Lucia Romero Novelli  
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria  
Coordenador-geral: Sílvio Burle  
Serviço de Arte: Bruno Bazílio  
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

## 30 ANOS • CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Reportagem: Guilherme Oliveira  
Coordenação: Nelson Oliveira  
Diagramação: Claudio Portella | Pesquisa de fotos: Braz Felix  
Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine e Mayra Cunha